

## Crioulização, nomeação e práticas sociais

Clara Alencar Villaça Pimentel<sup>1</sup>

RESUMO: Pretende-se exemplificar, através dos romances *Um Defeito de Cor*, de Ana Maria Gonçalves, e *Beloved*, de Toni Morrison, como o processo de crioulização afeta as práticas de nomeação dos indivíduos e as conseqüentes relações entre colonizadores e transportados – e seus descendentes.

Palavras-chave: Crioulização; Nomeação; Alteridade.

O contato entre civilizações distintas, envolvendo ou não um processo de dominação, pode ter como resultado uma língua mesclada, que carrega as expressões de ambos os lados, e se constitui como heterogênea, crioula. Para Edouard Glissant, todas as línguas são crioulas quando observamos seus processos de formação, por terem nascido para facilitar as relações entre povos desconhecidos. Todo contato que envolve o pensamento opositivo ‘colonizado’ e ‘colonizador’, tem como bandeira idéias de poder, de valor, de pré-julgamento, e originou, do mesmo modo, línguas crioulas que servissem de instrumento de comunicação entre brancos e autóctones, entre autóctones e transportados. É esse resultado, essa língua criada nos eixos do Atlântico, que analisamos aqui hoje no que tange ao processo de nomeação dos indivíduos no Brasil e nos Estados Unidos da América. Usaremos, a fim de exemplificar nosso pensamento, personagens dos livros *Um Defeito de Cor* e *Beloved*, de Ana Maria Gonçalves e Toni Morrison, respectivamente.

O conceito de crioulização pede que pensemos primeiramente sobre outro, o de hibridização. Como ambos são usados para tratar de encontros ‘não previstos’, misturas ‘não ortodoxas’, pode haver interpretações ambíguas na aplicação dos mesmos. Buscamos, assim, em Zilá Bernd a definição do que seria *híbrido* e vimos que “corresponde a uma miscigenação ou mistura que violava as leis naturais. (...) Considera-se híbrida a composição de dois elementos diversos anormalmente reunidos para originar um terceiro elemento que pode ter as características dos primeiros reforçadas ou reduzidas” (BERND, 2004, p.99). Desse modo, afirmamos que o termo remete a um conceito das ciências biológicas, nem sempre tido como positivo, mas sim,

---

<sup>1</sup> Mestranda do PPG Letras – Estudos Literários da Universidade Federal de Juiz de Fora.

prejudicial, pois torna ‘impuro’ o que outrora fora original. Para esclarecimento sobre a *crioulidade*, recorremos a Glissant e encontramos que esta seria “o encontro, a interferência, o choque, as harmonias e as desarmonias entre as culturas na totalidade realizada do mundo-terra” (BERND, 2004, p.102) e que a cultura criada a partir desses encontros, seria **sincrética**, dita crioula. Essa crioulação pode ser do tipo *transcultural*, ou seja, quando “grupos subordinados ou marginalizados selecionam ou inventam a partir dos materiais a eles transmitidos pela cultura metropolitana dominante” (HALL, 2008, p.31). A cultura crioula, então, abraça elementos das nações que a geram e, inevitavelmente, a língua que surge com essa nova cultura, carrega traços de mestiçagem e mescla.

Em seu instigante artigo, *Global names, creolized identities*, Alex Van Stipriaan sustenta que no Suriname, ex-colônia holandesa situada na América do Sul, o processo de nomeação dos indivíduos escravizados seguia padrões bastante semelhantes aos experimentados no Brasil e nos Estados Unidos: era o homem branco quem decidia o nome de batismo de determinada ‘peça’, podendo ou não aceitar a sugestão da mãe. Devido a isso, inúmeros são os casos, naquele país, de nomes ‘bizarros’, como *Profit*, *Crisis*, *Gaslight*, *Office*, justificados, pelo autor, como mau-humor, implicância do feitor. Em outra sessão de seu texto, encontramos nomes crioulos, ou seja, a adaptação do que se entendia de certos nomes ‘brancos’: Weren como Willem ou William, Ameria como Amélia. Entendendo que o nome é a manifestação verbal mais óbvia do ser, não é por acaso que o ato de nomear era um dos primeiros que o senhor tomava em direção aos seus escravos, de significar a coisa.

Em *Um Defeito de Cor*, lemos que antes de desembarcarem em terras brasileiras, os capturados em África, eram batizados e que, a partir daquele momento, deveriam esquecer os nomes de origem, com os quais se identificavam e eram reconhecidos, não só pelos seus como pelos ancestrais e deuses de sua família. Consciente de que ao manter seu nome africano os voduns de sua avó conseguiriam encontrá-la sempre, Kehinde se lança ao mar e nada com ajuda de Iemanjá contra a mais expressa forma de dominação, e escapa do nome branco e, principalmente, do batismo. No entanto, no momento de sua compra, percebe a necessidade de fingir-se convertida, quando exigem que tenha um nome cristão:

“A Tanisha tinha me contado o nome dado a ela, Luíza, e foi esse que eu adotei. Para os brancos fiquei sendo Luíza, Luíza Gama<sup>2</sup>, mas sempre me considerei Kehinde. (...) Mesmo quando adotei o nome de Luíza por ser conveniente, era como Kehinde que eu me apresentava ao sagrado e ao secreto” (GONÇALVES, 2007, p. 72-3).

Sempre ligada às tradições de sua família, ao ter seus filhos ela decide dar-lhes nomes africanos e não brancos. Chama-os pelos nomes escolhidos nas cerimônias de cada um, ainda que às escondidas, nos porões da casa grande.

As cerimônias de nome, feitas por um babalaô, confirmam que “a pessoa não tem um nome, ela é o nome que carrega”<sup>3</sup> (STIPRIAAN, 2008, p.159) e, assim, ao primeiro filho, fruto de uma violência, escolhe o nome de Banjokô Ajamu Danbiran, sendo que o primeiro, que a criança poderia ter trazido do Orum, significava “sente-se e fique comigo” (187), por ser ele um *abiku omi*; o segundo, que expressa os dons que a criança tinha ou que seria bom que tivesse, “aquele que brotou depois de uma luta” (207) e, o terceiro, nome de origem, que indica ancestralidade, era relacionado ao vodum cultuado pela avó de Kehinde – Dan –, sendo então, uma homenagem a ela. A mãe chamava o filho por Banjokô sempre que estivessem sozinhos ou em companhia de outros escravos, mas não era assim que era chamado pela Sinhá, e sim por José. Pelo grande contato com ela, o menino quase foi batizado, feito que só não se consumou pelas tramas do destino. Para o segundo filho, fruto de uma relação estável, escolheu Omotunde Adeleke Danbiran, sendo o primeiro, “a criança voltou”; o segundo que “a criança será mais poderosa que os inimigos” (404), e o terceiro, como o do irmão, era uma homenagem à avó de Kehinde. O pai deu ao filho o nome branco de Luiz, e assim chegamos a Luiz Gama, personagem importantíssimo da história do nosso país. Stipriaan defende que os escravos tinham três nomes: o primeiro dado pelo senhor, nome cristão; o segundo, africano, era como se apresentavam para os seus; o terceiro era um modo como tanto senhores e companheiros da escravidão o chamariam (STIPRIAAN, 2008, P.161).

No romance temos também o processo de nomeação de dois meninos, encontrados por uma amiga de Kehinde e criados por ela até certo momento da narrativa. Não se sabia de onde vinham ou quem seriam seus pais, quais seriam seus nomes: “os meninos não souberam dizer os nomes verdadeiros, e por um bom tempo foram chamados de Tição e Praga, como se denominaram. A Esméria ficou indignada e

<sup>2</sup> O sobrenome do escravo seguia o do senhor. Neste caso, José Carlos de Almeida Carvalho Gama. Todos os escravos deste senhor carregavam o apelido Gama.

<sup>3</sup> A tradução é nossa.

arrumou pra eles nomes *bonitos*, de apóstolos de Cristo, Tiago e Mateus” (GONÇALVES, 2007, p.376). Ainda que não tivessem sido batizados, a influência da Igreja Católica e das histórias bíblicas era grande naquela que os nomeou como ‘gente’. Para ela, o bonito era ter nome de apóstolo, isso faria com que eles fossem mais bem vistos pelos outros, brancos ou não, o que provavelmente, era verdade. Justificamos, aqui, a enorme presença de nomes católicos em nossa sociedade: como um espelho, a Bíblia inspirou admiração e colaborou para que meninos e meninas recebessem nomes a ela ligados.

De volta à Uidá, Kehinde assume seu nome de branca, e passa a ser chamada de Sinhá Luíza, tanto pelos retornados como pelos que nunca haviam saído de lá. Para Alberto da Costa e Silva, o que acontecia é que tinham “perdido a identidade original. Tiveram, por isso, de construir uma outra, a partir do idioma que os ligava, o português, e da igreja (...) que não tardaram em erguer” (SILVA, 2003, p.122). Acreditando, também, que seria mais bem recebida e tratada usando um nome que remetesse ao Brasil, aquela que outrora arriscara a vida para manter sua origem com a terra mãe, agora voluntariamente assume nova identidade. De sua relação com John, nasceu em Uidá um casal de gêmeos cujos nomes mostram como a mãe havia mudado conscientemente: “Mas eu não queria dar nomes africanos para meus filhos, pois gostava mais dos nomes brasileiros, achava bonito o modo de dizer. Isso também contradizia o que eu pensava antes, quando não quis ser batizada para conservar meu nome africano, usando o nome brasileiro somente quando me convinha” (GONÇALVES, 2007, p.766-7). Assim, Maria Clara e João recebem seus nomes homenageando a grande amiga de Sinhá Luiza e o pai, John. Os dois são batizados e a protagonista nem pensa em fazer para eles uma cerimônia do nome, consultando um babalaô, conforme fizera para os nascidos em terras brasileiras.

Em *Beloved*, o que nos chama a atenção são os nomes dos homens do enredo. Dentre os que viveram em *Sweet Home* apenas dois têm nomes ‘próprios’: Halle e Sixo. O primeiro, provavelmente por ser o único cuja mãe vivia na fazenda e dela recebeu seu nome. O segundo, talvez, por ser considerado ‘sem juízo’. O fato é que todos os outros se chamavam Paul \_ Garner: Paul D, F, A Garner. Diferentemente de Banjokô e Omotunde, os Pauls foram nomeados de maneira depreciativa, tendo apenas a letra do meio que os distinguisse. Esse ato ilustra perfeitamente o que Stipriaan descreveu em seu estudo sobre a nominação de escravos em períodos coloniais: por serem ‘peças’ eram tratados como montante e, não estranhamente, poderíamos encontrar derivações

como “1, 2, 3, 4...” ao invés de letras, como no caso dos de *Sweet Home*. O conceito de nome ‘próprio’ valia apenas para os que eram donos de suas vidas, mais especificamente, naquele momento, eurodescendentes. Schoolteacher, um dos nomes no enredo atende ao que se sabia da profissão dele, fora professor e ficara incumbido de tomar conta de *Sweet Home* após a morte de Mr. Garner. A função que ocupava, provavelmente o que os escravos ouviam sobre ele, tornou-se o modo mais claro de identificá-lo. O nome da fazenda merece atenção também, uma vez que nem de longe era doce, nem muito menos tinha aspectos de *lar*.

Neste pequeno estudo quisemos discutir as maneiras que moldaram a consciência do nome, aquilo que a pessoa carrega e que deveria expressar o que ela é, a partir da visão daquele que a nomeou. Infelizmente, recorrentes foram os casos em que capturados e seus descendentes foram marcados com o racismo e o preconceito mesmo desde o momento de seus batismos ou nascimentos. O tom jocoso prevalece em nossa sociedade quando chegam até nós notícias de indivíduos que receberam nomes depreciativos, como “Um Dois Três de Oliveira Quatro”, “Merdalina”. Isso é bastante preocupante, pois mostra como a auto-imagem e a do outro muitas vezes estão refletidas em ‘espelhos enferrujados’. Se desde o primeiro contato com os pais a criança sofre menosprezo, a lógica a seguir é que pelo resto de sua existência – pelo menos em casa familiar – é que continue sendo objeto e motivo de chacotas, diminuições e que, possivelmente, reproduzirá esse modelo quando estiver em suas mãos o ‘poder’ de criar/educar alguém. A questão da valorização do ser negro deve passar, indubitavelmente, pela auto-imagem positiva. Pais conscientes devem explorar em seus lares a beleza, inteligência, capacidade e auto-estima de seus filhos, visando que estes se tornem adultos questionadores e resistentes aos diversos modelos herdados da colonização ainda impostos pela sociedade. O amor e a atenção com a carência afetiva de cada filho é essencial para a construção de pessoas seguras, criadoras de uma nova comunidade em que o menosprezo não encontre lugar nos preconceitos. Para isso, rever as práticas de nomeação torna-se capital.

**ABSTRACT:** This paper aims at exemplifying how the process of creolization affects the practices of naming individuals, through the analysis of Ana Maria Gonçalves’s *Um Defeito de Cor* and Toni Morrison’s *Beloved*. We also observe how this practice has been inside colonized societies and remains still as the pattern for naming descendants.

**Key-words:** Creolization; Naming; Alterity.

**Referências:**

- FANON, Frantz. **The Wretched of the Earth**. London: Penguin Classics. 2001
- FANON, Frantz. **Black Skin, White Masks**. New York: Grove Press. 2008
- GILROY, Paul. **O Atlântico Negro**. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.
- GONÇALVES, Ana M. **Um Defeito de Cor**. 2ª Ed. São Paulo: Record. 2007
- HALL, Stuart. **Da Diáspora**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2008
- HOOKS, Bell. **Salvation: Black people and Love**. New York: Perennial Ed. 2001
- MORRISON, Toni. **Beloved**. New York: Vintage Books. 2004
- SILVA, Alberto da Costa e. **Um Rio chamado Atlântico**. *A África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Ed. UFRJ, 2003
- STIPRIAAN, Alex Van. **Global names, creolized identities**. IN.: BARRY, Boubacar; SOUMONNI, Elisée; SANSONE, Livio (orgs.) **Africa, Brazil and the Construction of Transatlantic Black Identities**. Africa World Press, Inc. 2008.